

056 - Marechal João Crisóstomo Calado

Dados Biográficos

Nascimento - 24 de março de 1780, Elvas - Portugal.

Filiação - Manuel Joaquim Calado e Maria Joaquina Nobre.

Formação e atividades principais - Assentou praça em 26 de março de 1875, no Regimento de Infantaria nº 20, onde foi reconhecido cadete.

Na guerra de 1801 combateu contra os espanhóis e finda essa campanha, cursou as aulas de matemática, abandonando o serviço militar durante o domínio francês na Península Ibérica. Em 1808, com seus companheiros de estudos, passou na Espanha, onde se reuniam forças para expelir os franceses, e foi pelo Tenente-General Francisco de Santos Leite nomeado ajudante de ordens do General espanhol D. Antônio de Arcé. Com a patente de Tenente, à qual tinha sido elevado por Decreto de 05 de fevereiro de 1805. Sob o comando deste general, e pertencendo a uma divisão inglesa, fez toda a campanha até 1814 e entrou em Portugal; ascendeu gradualmente os postos, tendo sido graduado Major em recompensa de sua conduta na ação de 5 de março de 1814, junto a Chialona, e elevado à efetividade do mesmo posto na batalha de S. Munhoz, pelo zelo, valor e acerto com que defendera uma posição contra o Exército de Soult, sendo a demais louvado em ordem do dia seus serviços durante a expedição de Cadiz a Sevilha, em agosto de 1812, pelo bom desempenho dos cargos de chefe de correspondência oficial e parlamentar para o resgate dos prisioneiros. Feita a paz, e restaurado o governo português, foram oferecidos a João Crisóstomo Calado postos militares no Exército da Espanha; mas, preferindo continuar no serviço de sua pátria, recusou-os e mereceu especial recomendação do general d'Arcé ao governo; seus serviços até então foram pela Coroa remunerados com a Cruz de S. Bento de Aviz e a tença correspondente.

Organizado de novo o exército em 1815, querendo o Príncipe Regente D. João VI mandar uma divisão para o Brasil, foi o Tenente-Coronel João Crisóstomo Calado encarregado de organizar e disciplinar o 4º Batalhão de Caçadores, e apresentando-o na melhor ordem ao Tenente-General Lecor, chefe da expedição, partiu para o Brasil investido do comando desse corpo. Marchou a divisão, denominada de voluntários reais de El-rei, para a campanha da

Banda Oriental do Uruguai; o Coronel João Crisóstomo Calado dela fez parte na qualidade de Comandante do 2º Regimento de Infantaria; posteriormente comandou a 1ª e 2ª Brigadas.

Começava-se a elaborar a idéia de independência do Brasil, a João Crisóstomo Calado, chefe da 2ª Brigada de voluntários reais, se perguntou se prestaria sua coadjuvação para ser aclamado Imperador o Príncipe D. Pedro e se o sustentaria; protestou que se podia contar com ele e com as forças sob seu comando; e aderindo decididamente à independência acompanhou o General Lecor, então Visconde da Laguna, em sua retirada da praça de Montevideú; reuniu-se às forças que os favoreciam, e debelou as contrárias, comandadas por D. Álvaro da Costa. Sofreu em consequência seqüestros nos bens que possuía dentro da praça.

Proclamada a independência e o Império, tendo embarcado as forças de D. Álvaro da Costa, foi João Crisóstomo Calado comissionado à Corte para dar parte do ocorrido ao Imperador, o qual lhe ordenou continuasse no serviço do nosso Império, promoveu-o por merecimento ao posto de brigadeiro graduado, e nesta categoria o fez regressar à província Cisplatina.

Pretendeu pouco depois esta província reconquistar sua independência e proclamar-se república; abriu-se por isso nova campanha em maio de 1825. O Brigadeiro Calado seguiu firme em seus sentimentos a favor do Império; combateu a rebelião, sofrendo novo seqüestro dirigido então a seus bens rurais que perdeu. Por ordem do Visconde da Laguna tomou o comando da guarnição e departamento de Moldonado; posteriormente o Barão de Vila Bela, nomeado presidente e governador das armas da província rebelada, o incumbiu de, com os destroços do exército, organizar e disciplinar uma divisão e assumir o comando da linha em frente da praça. O Brigadeiro Calado permaneceu neste serviço ativo até que, mudada a guerra para a província do Rio Grande do Sul pela intervenção das tropas argentinas, o Marquês de Barbacena, chefe do exército brasileiro, o chamou e incumbiu de comandar a 2ª divisão desse exército, à testa da qual assistiu à batalha de 20 de fevereiro de 1827 nos campos de Ituzaingo pela maneira distinta por que se portou então mereceu ser elogiado em ordem do dia, feita publicar pelo mesmo marquês. Acham descritos esses seus serviços, e comprovados por documentos oficiais na segunda parte do opúsculo publicado em 1852 sob o título “Memórias do grande exército aliado libertador do Sul da América”. Coube-lhe a promoção a Marechal de Campo graduado, e voltou a Montevideú, onde assumiu o comando em chefe das forças ali estacionadas; comandou-as até que o tratado de 27 de agosto de 1828 os fez retirar. No ano seguinte, achando-se reunido em Santa Catarina grande parte do exército, foi João Crisóstomo Calado nomeado comandante das armas da província.

As idéias de proteção ao absolutismo que professavam as autoridades civis encontraram nele opositor, foi por conseguinte delatado e submetido a conselho de guerra, o qual unanimemente o absolveu, declarando-o, em sentença de 14 de novembro, sem culpa, e a sua conduta irrepreensível durante o comando das armas; sentença confirmada pelo Conselho Supremo Militar quatro dias depois, declarando-se sua conduta não só irrepreensível, mas digna de louvor pelo zelo com que se prestara no desempenho de seus deveres. O poder executivo nomeou-o de novo comandante das armas da mesma província, por decreto de 30 de janeiro de 1830, mas o Marechal, compreendendo que sua presença em Santa Catarina ocasionaria discórdia de autoridades, pediu dispensa, e se lhe concedeu com transferência para o comando das armas da Baía, onde tinha sido assassinado seu antecessor.

A nomeação do Marechal Calado para o comando das armas da província da Baía em tão espinhosa circunstância, e no estado de excitação política em que então se achava aquela província, assinala a alta confiança que no ilustre militar depositava o governo de Sua Majestade o Senhor D. Pedro I.

Mas os germens de uma revolução já estavam espalhados em todo o Brasil: causas acumuladas, os acontecimentos da França em 1830, os erros do governo e a exaltação dos partidos preparavam um cataclisma tremendo, que somente pode ser removido pelo patriotismo do Senhor D. Pedro I, que resolveu abdicar.

O movimento de 7 de abril de 1831 foi precedido na Baía pelo de 5 do mesmo mês e ano. O comandante das armas da Baía julgou de seu dever opor-se à revolução, recebendo porém ordem do presidente da província, Luís Paulo de Araújo Bastos, de deixar o posto, embarcou para a Corte; à sua chegada teve notícia da abdicação de D. Pedro I, e foi recolhido às prisões da fortaleza de Villegaignon. Cômico de ter procedido no restrito cumprimento de seus deveres, pediu-se que lhe nomeasse conselho de guerra, sem mesmo esperar que os espíritos serenassem. Em 28 de julho de 1831 foi absolvido em 1ª instância, por julgá-lo o conselho sem criminalidade e na confirmação da sentença declara o Conselho Supremo Militar que o fazia, não só por se lhe não provar criminalidade, mas até por serem muito louváveis todos os seus procedimentos.

Apesar, porém, destas sentenças que punham a coberto seus brios de soldado e o honravam como cidadão, compreendeu o Marechal Calado que sua estrela achara névoas no zênite, e era de mister esperar que se dissipassem para prestar algum fulgor ainda no ocaso, retirou-se por dois anos para as margens do Rio da Prata, deu nova têmpera à sua coragem na sede de suas glórias.

De volta ao Rio de Janeiro, foi elevado à efetividade do posto de Marechal d Campo, e a regência, julgando-o capaz de sufocar a rebelião que rebentara na província da Baía em 7 de novembro de 1837, e a assolava ameaçando todo o norte do Império, o nomeou comandante das armas dessa província, com autoridade de formar um exército para submeter os revoltosos. Cumpriu o seu dever, batalhou durante três dias consecutivos, obrigou a render-se à discricção desde o chefe até o súdito da rebelião, e a 16 de março de 1838 cravou na praça da Piedade o estandarte imperial.

Os habitantes da Baía demonstraram sua gratidão ao benemérito General comandante do exército restaurador da ordem e da legalidade por intermédio de uma deputação, composta de alguns de seus mais distintos concidadãos, que lhe dirigiu um voto de reconhecimento. Uma particular manifestação partiu ainda de muitos proprietários e negociantes, que além disso assinaram avultadas quantias em uma subscrição destinada a oferecer uma prenda valiosa ao ilustre marechal. Este porém esquivou-se nobremente a receber o último favor, e o cedeu em benefício das viúvas e órfãos dos bravos mortos em defesa da legalidade. A gratidão pública brilha aqui a par do desinteresse. Entretanto a digna esposa do general vencedor não pode deixar de aceitar uma oferenda duplamente preciosa, porque, ao mesmo tempo em que lhe recordava um dos belos feitos do esposo, representava a efígie de Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II com a inscrição “Os baianos agradecidos ao Marechal Calado, 1837”.

Por tão relevantes serviços o governo imperial elevou o ilustre militar ao posto de Tenente-General.

Nos tumultuosos dias de julho de 1840 foi João Crisóstomo Calado o Oficial-General que de moto próprio compareceu no paço da Boa Vista, e por ordem de Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro II, e de seu tutor o Exm^o. Sr. Marquês de Itanhaen encarregou-se da guarda do palácio, ponderou que a presença de baionetas no pátio do palácio era inútil, triste e talvez prejudicial de grau para a ascensão de Sua Majestade ao poder, e conseguintemente fez retirar os corpos armados, acompanhou o Imperador até o paço do Senado, e só o deixou quando o reconheceu empossado da suprema administração em plena paz e regozijo.

Conquistou todos os graus na escala da hierarquia militar por serviços relevantes prestados nos campos de batalha ou em importantes comissões administrativas.

Condecorações - Não faltaram honras nem distinções ao benemérito João Crisóstomo Calado. Era fidalgo cavalheiro da casa imperial; comendador das Ordens de Aviz e da Imperial da Rosa; Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, cavaleiro da Torre e Espada, e condecorado com a Ordem de Torre e Espada, foi também condecorado com a cruz da

campanha peninsular na Europa, e com a estrela de ouro do Rio da Prata e com o hábito do Cruzeiro.

Atividades no STM - Foi nomeado Vogal para o Conselho Supremo Militar em 06 de abril de 1838 e em 18 de julho de 1841 o Tenente-General teve a nomeação para o cargo de Conselheiro de Guerra, e com cinquenta e quatro anos de serviço ativo pediu sua reforma em Marechal do Exército, e a obteve com a cláusula de continuar no exercício de Conselheiro de Guerra.

Falecimento - Em Portugal. Esta longa e não interrompida série de serviços terminou enfim de uma vez para sempre no dia 1º de abril de 1857 pelo falecimento do varão distinto e preclaro que os prestara.

Sobre a sepultura do Marechal João Crisóstomo Calado a pátria, a esposa, os filhos e numerosos amigos derramaram lágrimas de amor e de saudade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Raymundo Rodrigues. **História do Superior Tribunal Militar**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. p. 182-90.

BRASIL. Superior Tribunal Militar. Diretoria de Documentação e Gestão do Conhecimento. **Coletânea de informações**: João Crisóstomo Calado. Brasília, DF, 2019. Arquivos disponíveis na Seção de Museu.

LAGO, Laurênio. **Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar – Ministros do Supremo Tribunal Militar**: dados biográficos 1808-1943. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1944. p. 21.

LAGO, Laurênio. **Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil**: dados biográficos 1808-1831. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938. p. 61-2.

SISSON, S, A **Galeria dos Brasileiros Ilustres: Os contemporâneos**. São Paulo: Martins, s.d., p. 33-9.